

## ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	7
PLANO DA OBRA	9
INTRODUÇÃO	11

### PARTE I

#### ENQUADRAMENTO GERAL E PRINCÍPIOS SUBJACENTES

1. Enquadramento legislativo	25
2. Relevância da lei do país de origem	40
3. Primado do Direito da União Europeia sobre o Direito de fonte interna	48
4. Situações plurilocalizadas	52
5. Propostas de alteração à regulação do Direito de conflitos da União Europeia	58
6. Princípios da atribuição, da subsidiariedade e da proporcionalidade	68
7. O carácter universal dos regulamentos europeus que regulam conflitos de leis	71
8. A influência do TJUE no Direito de conflitos da União Europeia	73
9. Objetivos visados	76

### PARTE II

#### PARTE GERAL DO DIREITO DE CONFLITOS DA UNIÃO EUROPEIA

1. Considerações gerais	79
2. Qualificação	83
2.1. Enquadramento	83
2.2. Interpretação dos conceitos que delimitam a previsão das normas	87
2.2.1. Considerações gerais	87
2.2.2. Critérios gerais de interpretação dos conceitos jurídicos	89

2.2.3. Definições	109
2.2.4. Outras técnicas legislativas	115
2.2.5. Conclusão	118
2.3. Caracterização do objeto da qualificação e subsunção à previsão da norma de conflitos	120
2.4. Apreciação crítica	142
3. Questão prévia	145
3.1. Noção	145
3.2. As propostas de solução	147
4. Adaptação, substituição e transposição	154
4.1. Considerações gerais	154
4.2. Regime da “adaptação” expressa nos Regulamentos	157
4.3. Outros problemas de adaptação. Apreciação crítica	167
5. Interpretação e concretização dos elementos de conexão	169
5.1. Considerações gerais	169
5.2. Nacionalidade	172
5.2.1. Relevância da nacionalidade como elemento de conexão nos regulamentos	172
5.2.2. Interpretação do conceito de nacionalidade	176
5.2.3. Concretização do conceito de nacionalidade	179
5.2.4. Plurinacionalidade	182
5.2.5. Apátridas e refugiados	194
5.3. Residência habitual e domicílio	196
5.3.1. Razões subjacentes à escolha da residência habitual e do domicílio como elemento de conexão	196
5.3.2. Interpretação e concretização de residência habitual	201
5.4. Autonomia da vontade	214
5.4.1. Amplitude e limites da escolha da lei	214
5.4.2. Requisitos na escolha da lei	240
5.4.3. Momento da escolha	247
5.4.4. Escolha indireta	249
5.5. Outros elementos de conexão	251
5.6. Momento da concretização do elemento de conexão	261
6. Ordenamentos jurídicos complexos	263
7. Reenvio	269
7.1. Considerações gerais	269
7.2. O reenvio nos regulamentos europeus	275
7.2.1. Considerações gerais	275
7.2.2. O reenvio no art. 34º do Regulamento 650/2012	277
7.2.2.1. Situações excluídas	277

7.2.2.2.	Remissão do Estado terceiro para um Estado-Membro	278
7.2.2.3.	Remissão do Estado terceiro para um outro Estado terceiro	283
7.2.2.4.	Apreciação crítica	285
8.	Cláusula de exceção	287
8.1.	Considerações gerais	287
8.2.	Cláusulas de exceção gerais previstas nos regulamentos europeus sobre conflitos de leis	293
8.3.	Cláusulas de exceção específicas	300
8.4.	Outras considerações	307
8.5.	Apreciação crítica	308
9.	Fraude à lei	309
9.1.	Considerações gerais	309
9.2.	A fraude à lei nos regulamentos sobre conflitos de leis	314
9.3.	Apreciação crítica	321
10.	Normas de aplicação imediata	322
10.1.	Noção e consagração nos regulamentos sobre conflitos de leis	322
10.2.	Âmbito de aplicação	333
10.3.	Apreciação crítica	345
11.	Normas materiais de Direito Internacional Privado	349
12.	Reserva de ordem pública internacional	352
12.1.	Considerações gerais	352
12.2.	Especificidades da reserva de ordem pública internacional nos regulamentos sobre conflitos de leis	359
12.2.1.	Considerações gerais	359
12.2.2.	Reserva de ordem pública internacional, direitos fundamentais e liberdades europeias	363
12.2.3.	A reserva de ordem pública internacional no Regulamento 1259/2010	374
12.2.4.	Lacunas decorrentes da atuação da reserva de ordem pública internacional	379
13.	A aplicação oficiosa das normas de Direito Internacional Privado dos regulamentos e o conhecimento e aplicação do Direito estrangeiro	384
13.1.	A imperatividade das normas de conflitos previstas nos regulamentos europeus	384
13.2.	O conhecimento e a aplicação do Direito estrangeiro	390
13.3.	A possibilidade de escolha da lei aplicável e sua relação com o conhecimento oficioso do Direito	402
14.	Integração de lacunas	405
15.	Âmbito de aplicação temporal dos regulamentos	411

DIREITO DE CONFLITOS DA UNIÃO EUROPEIA

CONCLUSÕES	415
PRINCIPAIS ABREVIATURAS UTILIZADAS	423
BIBLIOGRAFIA	425
ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES EUROPEIAS/TRIBUNAL JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA	447
ÍNDICE GERAL	453